

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PATRÍCIA DIAS DE FARIAS CORREIA - RA 142768

**O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E PRÁTICAS NO
COMBATE À VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado (a) à Faculdade
Metropolitana do Estado de São Paulo
como exigência parcial para obtenção do
título de Assistente Social no curso de
Bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Arianne Siqueira
Rossi Martins

RIBEIRÃO PRETO – SP
2025

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tem assumido papel fundamental na contemporaneidade frente às diversas expressões da questão social, entre as quais a violência ocupa lugar de destaque. A complexidade e a multiplicidade das formas de violência — física, psicológica, sexual, patrimonial e simbólica — exigem do assistente social uma atuação interdisciplinar e ética, voltada à garantia da cidadania e à promoção da dignidade humana. Nesse cenário, o enfrentamento da violência não se limita à intervenção pontual, mas requer articulação entre políticas públicas, instituições e redes de proteção social, como destacam Alves et al. (2024) e Aragão e Otoni (2024).

Na contemporaneidade, a violência manifesta-se de maneira estrutural e cotidiana, atingindo mulheres, crianças, adolescentes, idosos e outros grupos em situação de vulnerabilidade. O aumento dos índices de violência doméstica e sexual, especialmente durante e após o período pandêmico, evidenciou as fragilidades da rede de proteção e os desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social para garantir o acesso a direitos e a efetividade das políticas públicas (Gonçalves e Machado, 2025; Negreiros, 2025). Esse contexto demanda ações integradas entre os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o sistema de saúde e o sistema de justiça, de modo a fortalecer o atendimento humanizado e a atuação intersetorial.

O trabalho do assistente social no combate à violência pressupõe, portanto, o domínio de instrumentos técnicos e teóricos que possibilitem compreender as dinâmicas sociais que sustentam as práticas violentas e formular estratégias de intervenção adequadas. Estudos como os de Tosta et al. (2024) e Viana et al. (2022) demonstram que a intervenção do profissional deve estar pautada na ética, na escuta qualificada e na articulação com os serviços de proteção, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Além disso, o enfrentamento da violência requer o fortalecimento da dimensão político-pedagógica do Serviço Social, buscando romper com a naturalização da desigualdade e promover a emancipação social dos sujeitos atendidos.

As políticas públicas, como a Lei n.º 11.340/2006 — conhecida como Lei Maria da Penha —, representam marcos legais no combate à violência de gênero e configuram-se como instrumentos essenciais para o trabalho dos assistentes sociais. Contudo, sua efetividade depende da articulação entre as esferas governamentais e da atuação crítica dos profissionais que integram a rede de atendimento (Almeida e Borba, 2022). Nesse sentido, a prática profissional se consolida como espaço de mediação entre as demandas sociais e a

implementação das políticas de enfrentamento, revelando os limites e as possibilidades da ação institucional diante de um problema que é, ao mesmo tempo, social, cultural e político.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as práticas do Serviço Social no combate à violência na contemporaneidade, com base em referenciais teóricos atualizados e nas diretrizes ético-políticas da profissão. Busca-se compreender como o assistente social, inserido em diferentes contextos institucionais, contribui para a prevenção, identificação e enfrentamento das situações de violência, promovendo a cidadania e a transformação social. Assim, o presente trabalho pretende não apenas descrever experiências profissionais, mas refletir criticamente sobre o papel do Serviço Social na consolidação de políticas públicas de proteção e na defesa intransigente dos direitos humanos.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho adota como método a revisão bibliográfica, por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, voltada à análise de produções acadêmicas, documentos institucionais e legislações que abordam o papel do Serviço Social na contemporaneidade e suas práticas no combate à violência. Essa abordagem permite compreender, de maneira crítica, as concepções teóricas e as experiências profissionais já consolidadas na literatura, favorecendo uma leitura ampla sobre as políticas de proteção e as estratégias de intervenção social.

A pesquisa foi conduzida a partir de levantamento sistemático de fontes secundárias, abrangendo artigos científicos, livros, relatórios e publicações oficiais disponíveis em bases reconhecidas, como SciELO, CAPES Periódicos, Google Scholar e sites governamentais. Foram priorizados materiais publicados entre os anos de 2021 e 2025, a fim de garantir atualidade e relevância aos achados. O processo de seleção considerou critérios de pertinência temática, qualidade científica e adequação ao eixo central do estudo, relacionado ao enfrentamento da violência e à atuação ética do assistente social.

O procedimento de análise consistiu na leitura detalhada e comparativa das obras selecionadas, com posterior sistematização dos conteúdos em categorias temáticas. Essas categorias foram definidas com base nos principais eixos de discussão identificados na literatura: fundamentos ético-políticos do Serviço Social, violência como expressão da questão social e práticas profissionais de enfrentamento. Essa organização possibilitou interpretar as convergências e divergências entre os autores e compreender as tendências teóricas mais recentes no campo da intervenção social.

A metodologia adotada permitiu construir uma base teórica sólida, sustentada por fontes acadêmicas confiáveis e atualizadas. A análise bibliográfica possibilitou integrar

diferentes perspectivas sobre o tema, articulando dimensões teóricas, éticas e práticas do Serviço Social. Dessa forma, os resultados obtidos não apenas sistematizam o conhecimento existente, mas também contribuem para reflexões críticas sobre os desafios e potencialidades do exercício profissional diante das múltiplas formas de violência presentes na sociedade contemporânea.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os desafios e práticas do Serviço Social na contemporaneidade voltadas ao combate à violência, destacando a importância da atuação ética e intersetorial do assistente social na defesa dos direitos humanos e na efetivação das políticas públicas de proteção social.

3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar as principais formas de violência enfrentadas pelos grupos em situação de vulnerabilidade social no contexto contemporâneo.
- Examinar as estratégias de intervenção desenvolvidas pelos assistentes sociais em instituições públicas e comunitárias voltadas ao enfrentamento da violência.
- Avaliar a efetividade das políticas públicas e programas sociais relacionados à prevenção e à proteção das vítimas de violência.
- Investigar os desafios éticos e institucionais que permeiam o exercício profissional diante das situações de violência.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E OS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS DIANTE DA VIOLÊNCIA

O Serviço Social contemporâneo se depara com um contexto de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, marcado por processos de desigualdade, exclusão e intensificação das expressões da questão social. Em meio a esse cenário, o profissional assume um papel essencial na mediação entre as demandas sociais e as políticas públicas, exigindo uma postura crítica e ética diante da complexidade dos fenômenos sociais. Além disso, a violência, em suas múltiplas formas, revela-se como uma das manifestações mais dramáticas dessas contradições, desafiando o assistente social a atuar com

compromisso ético e sensibilidade humana (ARAGÃO; OTONI, 2024).

“Considero que os profissionais estão sempre com medo das consequências, ou seja, ser agredido fisicamente ou verbalmente, sofrer ameaças, represálias ou perseguições, diante da falta de proteção ao profissional [...] O medo das consequências de notificar, está relacionado ao fato do profissional conhecer o agressor, que na maioria das vezes mora próximo as unidades de saúde e assim este profissional se torna passível de ameaças e outras formas de violências [...] Você está com uma pessoa vítima de violência e o agressor está do lado de fora e isso acaba intimidando e sobrecarregando psicologicamente, fisicamente, não tem como dizer que não sinto medo, a carga emocional de situações de violência é muito pesada” (Aragão e Otoni, 2024, p. 15).

De fato, a contemporaneidade impõe ao assistente social dilemas que transcendem as práticas técnicas, exigindo reflexão acerca das dimensões ético-políticas da profissão. A precarização das políticas públicas e o desmonte de direitos sociais, intensificados por crises econômicas e políticas recorrentes, têm comprometido a efetividade da atuação profissional. Em síntese, o cotidiano de trabalho torna-se atravessado por limitações institucionais, excesso de demandas e carência de recursos humanos e materiais, o que reforça a necessidade de resistência e defesa dos princípios ético-políticos que orientam a profissão (GONÇALVES; MACHADO, 2025).

Por outro lado, a violência estrutural se apresenta como fator que agrava as desigualdades e fragiliza o tecido social, exigindo respostas integradas e críticas dos profissionais da área. Assim, compreender as bases dessa violência significa reconhecer que ela está enraizada nas relações sociais de poder, gênero, raça e classe, refletindo o modo de produção capitalista que sustenta a exclusão e o sofrimento humano. Para Viana et al. (2022), essa compreensão é essencial para que a intervenção do assistente social não se limite a ações paliativas, mas que contribua para a transformação das estruturas sociais injustas.

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social consolidou-se como uma profissão comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos. Contudo, em meio à expansão das formas de violência — doméstica, institucional, sexual e simbólica —, o desafio ético torna-se ainda maior. O profissional precisa atuar em instituições que, muitas vezes, reproduzem as mesmas práticas opressoras que buscam combater. Nesse sentido, o enfrentamento da violência demanda uma práxis transformadora, pautada na análise crítica e na perspectiva da totalidade social (NEGREIROS, 2025).

A propósito, o Código de Ética Profissional do Assistente Social enfatiza o compromisso com a liberdade, a democracia e a justiça social, princípios que orientam o agir ético em contextos adversos. Entretanto, a efetivação desses princípios requer não apenas consciência teórica, mas também condições objetivas de trabalho que possibilitem a concretização de ações emancipatórias. Por isso, o debate sobre os desafios ético-políticos

deve considerar tanto os limites estruturais das instituições quanto as potencialidades de atuação crítica do profissional (ALMEIDA; BORBA, 2022).

Em meio às contradições do mundo globalizado, o assistente social lida com novas formas de violência que emergem das desigualdades tecnológicas e digitais. A exclusão social assume novas configurações, ampliando o espectro das vulnerabilidades. Além disso, o enfraquecimento das políticas sociais e o avanço de perspectivas conservadoras impõem obstáculos à consolidação de uma prática comprometida com os direitos humanos. Para Panisson, Gomes e Gesser (2022), o contexto institucional muitas vezes impõe práticas burocráticas que dificultam a efetivação de intervenções transformadoras.

Somando-se a isso, a atuação do profissional de Serviço Social está diretamente vinculada ao reconhecimento da dignidade humana e à defesa da vida em todas as suas dimensões. Assim, é imprescindível compreender que o combate à violência não se reduz à aplicação de protocolos ou ao encaminhamento de casos, mas envolve a escuta sensível, o acolhimento e a articulação com diferentes setores da sociedade. Essa perspectiva humanizadora é central para que o profissional exerça sua função de mediador entre o Estado e os sujeitos sociais (ALVES et al., 2024).

Do mesmo modo, a violência institucional é uma realidade que desafia o Serviço Social em diversos espaços de atuação, como unidades de saúde, escolas, abrigos e delegacias especializadas. Quando as políticas públicas são insuficientes ou ineficazes, o profissional se vê diante de dilemas éticos que exigem criatividade e compromisso político. Assim, a prática cotidiana torna-se espaço de resistência, no qual o assistente social reafirma sua identidade profissional ao lado dos usuários e contra as formas de opressão (TOSTA et al., 2024).

Entretanto, é importante ressaltar que a atuação ética não significa neutralidade. Pelo contrário, ela requer posicionamento político diante das injustiças sociais e compromisso com a construção de um projeto profissional crítico e emancipador. Dessa forma, o enfrentamento da violência deve ser entendido como parte integrante do projeto ético-político do Serviço Social, que busca transformar as condições de vida dos sujeitos sociais e promover a equidade e a justiça (ULYANA et al., 2025).

Por fim, conclui-se que os desafios ético-políticos do Serviço Social diante da violência exigem um olhar sensível, interdisciplinar e crítico. A formação profissional deve fortalecer as dimensões teóricas e práticas necessárias para que o assistente social possa intervir com consciência ética, competência técnica e compromisso político. Em outras palavras, enfrentar a violência é reafirmar a essência do Serviço Social como profissão que atua pela liberdade e pela defesa da vida em sociedade (PANISSON; GOMES; GESSER, 2022).

4.2 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E PRÁTICAS PROFISSIONAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA

As estratégias de intervenção do Serviço Social no combate à violência são construídas a partir de uma compreensão ampla das expressões desse fenômeno e de sua relação com as desigualdades estruturais. Assim, o profissional atua na articulação entre políticas públicas, instituições e comunidades, buscando garantir o acesso aos direitos e fortalecer redes de proteção social. De acordo com Tosta et al. (2024), as práticas de enfrentamento devem integrar ações de prevenção, atendimento e acompanhamento das vítimas, sempre pautadas na ética e na promoção da cidadania.

“[...] o Serviço Social constitui-se como uma profissão interventiva e tem seu objeto de trabalho composto pelas expressões da ‘questão social’, que segundo Iamamoto (2015) pode ser entendida como resultado das desigualdades resultantes do sistema capitalista. Sendo assim, a violência doméstica e/ou sexual apresenta-se enquanto categoria de análise e de atuação das (os) assistentes sociais, considerada como uma dessas expressões, uma vez que esse tipo de violência se estabelece enquanto um fenômeno sócio-histórico multifacetado, baseado na submissão e inferiorização, que resulta em desdobramentos determinantes na qualidade e dignidade da vida feminina” (Tosta et al., 2024, p. 668).

Durante o processo de intervenção, o assistente social desempenha papel mediador entre os sujeitos e as políticas públicas, articulando demandas individuais e coletivas. Por isso, a intersetorialidade é elemento indispensável na efetivação das ações, envolvendo áreas como saúde, educação, justiça e assistência social. Nesse sentido, a construção de estratégias efetivas requer diálogo constante entre os diferentes atores institucionais, evitando sobreposição de ações e lacunas no atendimento (ARAGÃO; OTONI, 2024).

A atuação profissional também deve considerar a importância da escuta qualificada como instrumento fundamental de acolhimento. O atendimento humanizado possibilita o reconhecimento da vítima como sujeito de direitos e não apenas como objeto de intervenção. Assim, a escuta sensível contribui para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos e para a construção de planos de atendimento individualizados. Como afirma Negreiros (2025), esse processo exige empatia, compromisso ético e postura crítica diante das estruturas que perpetuam a violência.

Em seguida, destaca-se que o Serviço Social deve desenvolver práticas educativas voltadas à prevenção da violência. Oficinas, palestras e campanhas de sensibilização podem atuar na desconstrução de estereótipos e na promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos. Essas ações, quando articuladas com a comunidade, fortalecem o protagonismo social e reduzem os riscos de reincidência da violência (ALMEIDA; BORBA, 2022).

A propósito, o trabalho em rede constitui uma das principais estratégias de intervenção no enfrentamento da violência. A integração entre órgãos públicos, entidades não governamentais e movimentos sociais possibilita o compartilhamento de informações e a

ampliação das formas de proteção. Dessa forma, o fortalecimento da rede de atendimento é fundamental para a construção de respostas rápidas e efetivas às situações de vulnerabilidade (GONÇALVES; MACHADO, 2025).

Além disso, o Serviço Social deve estar atento às políticas públicas existentes, como o Sistema Único de Assistência Social, que oferece serviços especializados de atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco. O profissional deve atuar de maneira propositiva, contribuindo para o aprimoramento dessas políticas e denunciando suas insuficiências. Para Alves et al. (2024), o compromisso ético do assistente social implica também o enfrentamento das desigualdades institucionais que limitam o acesso a direitos fundamentais.

De vez em quando, o assistente social se depara com situações de violência institucional, que exigem ações de denúncia e controle social. O acompanhamento dos casos e a articulação com os conselhos de direitos e órgãos fiscalizadores representam instrumentos de fortalecimento da democracia e da justiça social. Nesse contexto, a prática profissional assume caráter político e educativo, ao mesmo tempo em que busca garantir a efetividade das políticas públicas (Viana et al., 2022).

Por sua vez, o enfrentamento da violência demanda processos contínuos de formação e capacitação profissional. A atualização teórica e metodológica é indispensável para que o assistente social possa responder adequadamente às demandas emergentes da sociedade contemporânea. Ulyana et al. (2025) afirmam que a formação permanente permite ao profissional compreender as novas dinâmicas sociais e aprimorar suas estratégias de intervenção.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da dimensão coletiva do trabalho do assistente social. A atuação em equipe multiprofissional amplia as possibilidades de enfrentamento da violência, permitindo uma análise mais completa das situações e a elaboração de planos de ação integrados. Em outras palavras, o diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia, pedagogia e direito, potencializa a eficácia das intervenções (PANISSON; GOMES; GESSER, 2022).

Por fim, é importante ressaltar que as estratégias de intervenção do Serviço Social devem estar orientadas por uma perspectiva emancipatória, que reconheça os sujeitos como protagonistas de sua própria história. Assim, o combate à violência ultrapassa a dimensão do atendimento individual e alcança a esfera coletiva, na luta por políticas públicas universais e pela consolidação de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos. Dessa forma, conclui-se que a prática profissional, fundamentada nos princípios ético-políticos e na articulação intersetorial, constitui instrumento essencial na construção de uma sociedade mais justa e solidária (TOSTA et al., 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que o Serviço Social na contemporaneidade se consolida como uma profissão essencial para o enfrentamento das múltiplas expressões da violência. A análise teórica e crítica desenvolvida ao longo do trabalho evidenciou que a atuação do assistente social ultrapassa o âmbito técnico e assume dimensão ético-política, marcada pela defesa dos direitos humanos, pela valorização da vida e pela busca pela justiça social. Nesse sentido, a prática profissional exige permanente reflexão sobre as contradições sociais que produzem e reproduzem a violência, bem como o fortalecimento do compromisso com os princípios fundamentais da profissão, pautados na liberdade, na equidade e na dignidade humana.

Além disso, constatou-se que as estratégias de intervenção no combate à violência demandam ações intersetoriais e integradas, capazes de articular as políticas públicas de assistência, saúde, educação e segurança. O trabalho em rede, o acolhimento humanizado e a escuta qualificada emergem como práticas indispensáveis para a efetividade das ações e para o fortalecimento das vítimas em situação de vulnerabilidade. A pesquisa demonstrou que a atuação do assistente social é atravessada por desafios estruturais — como a precarização das políticas sociais e a escassez de recursos institucionais —, mas também por oportunidades de transformação social por meio da resistência crítica e do engajamento coletivo.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento da violência constitui uma dimensão indissociável do projeto ético-político do Serviço Social, que se fundamenta na defesa intransigente dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O compromisso profissional, aliado à constante formação teórica e à articulação com os movimentos sociais, fortalece a identidade do assistente social como agente transformador. Dessa forma, o trabalho reafirma que o combate à violência não é apenas uma ação pontual, mas um processo contínuo de emancipação humana, que exige sensibilidade, ética e compromisso político com a vida e com a cidadania.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliane Vieira Lacerda; BORBA, Felipe. **A Lei Maria da Penha: uma política pública brasileira de combate à desigualdade de gênero**. *Debate Feminista*, Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, v. 64, e2355, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2022.64.2355>. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2594-066X2022000200144&script=sci_arttext. Acesso em: 26 out. 2025.

ALVES, Sueli Cristina Aparecida; QUEIROZ, Caio Ramon; LACERDA FURTADO, Francisca Paula de; LACERDA FURTADO, Jose Henrique de. **O assistente social no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa nas unidades de saúde: uma revisão bibliográfica**.

Revista Valore, v. 9, 2024. Disponível em:

<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1660>. Acesso em: 26 out. 2025.

ARAGÃO, Ailton de Souza; OTONI, Elcilene Márcia da Silva. **Assistentes sociais, saúde e violência: da insegurança individual ao enfrentamento coletivo**. *Serviço Social em Revista*, Uberlândia – MG, v. 27, n. 1, p. 5-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2024v27n1p5>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/46163>. Acesso em: 26 out. 2025.

GONÇALVES, Felipe Souza; MACHADO, Dinair Ferreira. **Violência contra as crianças durante a COVID-19 no Brasil: implicações para a assistência social e rede de proteção**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, v. 153, p. 1-15, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.2025v153>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NCJ88JVBqc8JCV5kQY6G5WS/>. Acesso em: 26 out. 2025.

NEGREIROS, Iara Lima. **Assistente social no atendimento à mulher vítima de violência doméstica**. *Gestão & Cuidado em Saúde*, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, v. 3, e14933, 2025. DOI: <https://doi.org/10.70368/gecs.v3i1.14933>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/gestaoecuidado/article/view/14933>. Acesso em: 26 out. 2025.

PANISSON, Gelson; GOMES, Marcela de Andrade; GESSER, Marivete. **Violência estatal e dispositivo clínico-político: os efeitos da atenção psicossocial no PAEFI/CREAS nas trajetórias de vida dos usuários**. *Psicologia & Sociedade*, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?lng=pt&nrm=i&pid=S1413-294X2022000100034&script=sci_arttext. Acesso em: 26 out. 2025.

TOSTA, Késia Silva; BAETA, Heryca M.; DIAS, Maria Fernanda Barbosa; RUFINO, Tamires Araújo. **O papel do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres: o caso de um projeto de extensão**. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, v. 7, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8030>. Acesso em: 26 out. 2025.

ULYANA, Sandra Delarmelina Andrade; POLIZEL, Alexandre Luiz; DIAS, Fernanda Moura Vargas. **A política de assistência social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. *Saúde & Coletiva*, v. 15, n. 94, p. 15001-15016, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2025v15i94p15001-15016>. Disponível em: <https://revistasauodecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3361>. Acesso em: 26 out. 2025.

VIANA, Rosiane Rodrigues; SOUSA, Ronny Batista de; COELHO, Francisco das Chagas Araújo; ABREU, Josiane Lima de; DIAS, Rúbia Santos de Lima; SILVA, Viviane Soares. **Serviço Social e violência intrafamiliar contra a mulher: desafios e possibilidades de atuação profissional**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 14, e45111435560, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.35560>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35560>. Acesso em: 26 out. 2025.